

SERVIDORES SC

Informações quinzenais para os servidores catarinenses

DESTAQUES

*Audiência pública debate
proposta de Reforma da
Previdência*

.....
*Oportunidade: Educação
oferece cursos
profissionalizantes
gratuitos*

.....
*Retomada: Governador
anuncia primeiro evento
musical com público em SC
pós pandemia*

.....
*Biblioteca pública retoma
empréstimos com
agendamento prévio*



O Projeto de Lei, encaminhado à Assembleia Legislativa na última quinta-feira, 15, acrescenta mais um artigo ao Estatuto dos Servidores Públicos Estaduais (Lei nº 6.745 de 1985), passando a admitir o trabalho remoto, ou teletrabalho, no Estado.

As atividades serão executadas por meio de recursos tecnológicos, para permitir o acompanhamento da frequência e produtividade dos servidores. O texto ainda depende da votação parlamentar e da edição de normas suplementares para ser posto em prática. Mas abrangerá a possibilidade de adoção do teletrabalho para todos os serviços do Estado. Caberá aos gestores, a decisão de acatar a nova modalidade dependendo das características do serviço executado e do próprio servidor.

Se aprovado, o trabalho remoto representa um avanço considerável na qualidade de vida para alguns servidores públicos e uma inovação tecnológica de impacto positivo para o Estado, com economia de recursos de ordem estrutural, como energia, luz e água das sedes administrativas e também de materiais de expediente, entre outros.

Saiba mais na página 13, com uma entrevista com a Gerente de Políticas de Desenvolvimento de Pessoas da SEA Mille Anny Albuquerque Casol, uma das gestoras responsáveis pelo texto do Projeto de Lei. .

**PROJETO DE LEI QUE
TRAMITA NA ALESC
REGULAMENTA O
TRABALHO REMOTO NO
ESTADO**

EDUCAÇÃO OFERECE 2,4 MIL VAGAS PARA CURSOS TÉCNICOS GRATUITOS EM SC

POR ASCOM/SED

Começou nesta quarta-feira, 14, o período de inscrições para os cursos técnicos profissionalizantes oferecidos pela Secretaria de Estado da Educação (SED) em toda Santa Catarina. De acordo com o edital publicado nesta terça, 13, estão abertas 2.403 vagas neste segundo semestre para cursos totalmente gratuitos em 13 unidades de ensino da rede estadual.



“Os cursos profissionalizantes têm um papel importante na educação catarinense, porque qualificam nossos jovens. Assim, conseguimos investir na educação e formar esses estudantes para o mundo do trabalho, contribuindo com toda a sociedade catarinense. Por isso, estamos trabalhando para ampliar a oferta desses cursos em Santa Catarina”, destacou o secretário de Estado da Educação, Luiz Fernando Vampiro.

Estão abertas vagas para 26 áreas diferentes: Administração, Análises Clínicas, Análises Químicas, Contabilidade, Cozinha, Dança, Edificações, Eletroeletrônica, Eletromecânica, Eletrônica, Eletrotécnica, Enfermagem, Estética, Fabricação Mecânica, Informática, Logística, Manutenção e Suporte em Informática, Massoterapia, Mecânica, Qualidade, Química, Recursos Humanos, Saúde Bucal, Segurança do Trabalho, Transações Imobiliárias e Vestuário.

São oferecidos cursos concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio. No primeiro caso, as vagas são exclusivas para alunos matriculados a partir do 2º ano, não necessariamente na mesma unidade escolar onde o curso é oferecido. Já os subsequentes são para os que concluíram o Ensino Médio.



As inscrições são feitas exclusivamente no site da SED, e vão até o dia 22 de julho. O processo seletivo será por sorteio e os cursos, ofertados de forma presencial, híbrida ou remota e 50% das vagas ficam reservadas para candidatos com deficiência ou autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. As vagas são para: Blumenau, Chapecó, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Guaramirim, Joinville, Lages, Mafra, Timbó e Tubarão. Mais informações estão disponíveis no edital que está disponível no link.



SEA LANÇA PORTAL COM ORIENTAÇÕES A SERVIDORES SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

POR ASCOM/SEA

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Diretoria de Tecnologia e Inovação vem atuando para implementar as políticas de segurança e proteção de dados pessoais, determinadas na Lei Geral de Proteção de Dados- (LGPD – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Nesta semana, foi colocado no ar um portal específico para sanar dúvidas e promover a ampla divulgação e conhecimento de todos, em especial dos servidores públicos, sobre os direitos e deveres respaldados na legislação em vigor.

“O site é uma forma democrática de divulgar as informações sobre a LGPD. O objetivo é que os servidores conheçam o que já está acontecendo e quais serão os próximos passos na implementação da Lei no Poder Executivo”, explica o diretor de Tecnologia e Inovação da secretaria de Estado da Administração, Felix Fernando da Silva.

Outros avanços na implantação das normas legais referentes à proteção de dados pessoais em Santa Catarina foram: a criação do Comitê Geral de Proteção de Dados, a designação de encarregados de dados e a publicação de normais específicas, tais como o Decreto 1184 de 2021 que dispõe sobre proposições gerais sobre o tema no Poder Executivo.

O Comitê Gestor de Proteção de Dados (CGPD), foi criado pelo Decreto Nº 844, de 18 de setembro de 2020, também tem como objetivo a supervisão e a orientação sobre o tratamento , divulgação ou sigilo dos dados pessoais.

SAIBA MAIS SOBRE A LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais versa sobre o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado e engloba um amplo conjunto de operações efetuadas em meios manuais ou digitais.

Em resumo a lei visa:

- 1) Consentimento (autorização expressa em toda captação de dados, porém de forma separada;
- 2) Finalidade (porque e para o quê, quer usar o dado, legítimo interesse. Está vedado a captação de qualquer dado para enviar a terceiros);
- 3) Transparência (o que está acontecendo com os dados e estes termos estarem disponíveis para acesso, ter contratos para tudo);
- 4) Não discriminação (não pode o usuário sofrer qualquer prejuízo pelo seu dado coletado);
- 5) Ser uma opção fácil e clara de descadastrar ou excluir o dado do requerente sem justificativa



[CLIQUE AQUI](#) para acessar a LGPD na íntegra

No caso do setor público, a principal finalidade do tratamento está relacionada à execução de políticas públicas, devidamente previstas em lei, regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres. Tais políticas públicas, vale destacar, devem estar inseridas nas atribuições legais do órgão ou da entidade da administração pública que efetuar o referido tratamento. Outra finalidade corriqueira para o tratamento de dados no serviço público é o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador. Nessas duas situações, o consentimento do titular de dados é dispensado.

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@administracao_sc



@administracaosc



@SEA_SC

GOVERNO DE
SECRETARIA DE
ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO

**SANTA
CATARINA**



AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

POR: IPREV-SC

FOTOS: BRUNO COLLAÇO AGENCIA AL

A Reforma da Previdência dos servidores públicos estaduais foi discutida em audiência pública, na tarde desta segunda-feira, 19, no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O projeto enviado pelo governador Carlos Moisés no fim de junho busca corrigir um déficit estimado em R\$ 5 bilhões em 2021 e viabilizar os pagamentos dos benefícios atuais e futuros. [\(Saiba mais\)](#).

O chefe da Casa Civil, Eron Giordani, esteve presente e destacou o papel do parlamento na promoção do debate sobre a proposta. Para Giordani a inclusão da audiência pública no roteiro da tramitação da matéria na Alesc oportuniza ouvir os poderes, os sindicatos e as entidades e colher contribuições. “Essa iniciativa amplia o debate e a coleta de sugestões que visam aprimorar a proposta”, explicou Giordani. O presidente do Instituto de Previdência de Santa Catarina, Marcelo Panosso Mendonça, abriu o debate apresentando dados do estudo referencial que serviu de base para a elaboração da reforma. “O nosso objetivo aqui é apresentar um diagnóstico da previdência, desde quando foi criada em Santa Catarina, há 100 anos, e o que pode ser modificado para chegar num nível de sustentabilidade do sistema”, disse Mendonça.

Entidades empresariais também manifestaram apoio à reforma da previdência, destacando a iminência da mudança que garanta sustentabilidade ao sistema. Para o diretor institucional e jurídico da Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc), José Kurtz, é preciso conjugar o direito dos aposentados dentro de uma previdência que garanta economia e investimentos. “Rogo que essa proposta não seja desfigurada. Essa é a proposta que SC espera”.



continua

Representando a Fecomércio-SC, o vice-presidente Sul da entidade, Tito Lívio de Assis Goés, destaca a importância do debate com a sociedade. “Muitos são favoráveis à alteração do sistema previdenciário e isso é importante. Alguma coisa precisa ser feita sob pena de comprometer o Estado em curto prazo. A proposta corrige distorções e traz equilíbrio para a situação previdenciária”, explicou Goés.

A audiência pública seguiu ao longo da tarde com a participação de, pelo menos, 30 órgãos e entidades e teve ainda a manifestação de parlamentares. Na quinta-feira, 22, ocorre o prazo final para apresentação de emendas. A expectativa é de que a votação em plenário ocorra no dia 4 de agosto.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA RETOMA EMPRÉSTIMO DE LIVROS MEDIANTE AGENDAMENTO

POR FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

A Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC) retoma o serviço de empréstimo de livros para o público com agendamento

prévio e retirada presencial.

Para ter acesso ao acervo, os usuários devem preencher o formulário disponível neste link.

[CLIQUE AQUI](#)

Em 24 horas os usuários receberão um retorno da equipe da Biblioteca sobre o agendamento. A retirada ocorrerá de segunda a sexta-feira, das 8h às 19h, mediante confirmação.

Conforme as regras para garantir a segurança de usuários e colaboradores, não será possível a entrada de mais de uma pessoa no hall da Biblioteca para retirar os livros. É obrigatório o uso de máscara.



NOVOS VALORES

GOVERNO DE
SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO
DA ADMINISTRAÇÃO

O programa de estágio do Governo de Santa Catarina
www.sea.sc.gov.br/novos-valores

RETOMADA: GOVERNADOR ANUNCIA ABERTURA DE INSCRIÇÕES PARA PRIMEIRO EVENTO-TESTE EM SANTA CATARINA

POR SECOM



O primeiro evento-teste com público já tem data marcada em Santa Catarina. Será no próximo dia 29 de julho, para a Grande Florianópolis. O anúncio foi feito pelo governador Carlos Moisés, na tarde desta terça-feira, 20, quando foram oficialmente abertas as inscrições para acompanhar a apresentação.

Depois de 16 meses fechado, quem subirá ao palco do Teatro do CIC será a Camerata Florianópolis. A iniciativa é pioneira no Brasil e vai servir para balizar a retomada das atividades do segmento com o máximo de segurança e protocolos necessários.

"O nosso objetivo com esse evento técnico e científico é nortear a nossa conduta para o setor, daqui pra frente, para termos segurança e garantia de que todos os demais eventos possam ser liberados e realizados com segurança", ressalta o governador.

Carlos Moisés destaca o trabalho pioneiro de Santa Catarina para a retomada dos eventos e reforça a importância da prática dos protocolos sanitários de prevenção ao coronavírus. O evento-teste é de graça, será para público com a vacinação completa e atenderá outras regras como o uso de máscaras e testagem para a Covid-19. As inscrições podem ser feitas [neste link](#).



Um Grupo de Trabalho (GT) formado pela Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur), Secretaria de Estado da Saúde (SES), Vigilância Sanitária de Florianópolis e representantes do segmento de eventos atua desde o início do ano para formatar os eventos-testes no estado. Eles serão acompanhados por uma equipe de pesquisadores da Univali e da Unisul com apoio do Senac e Fundação Catarinense de Cultura.

continua

"Nós queremos entender como vai funcionar, como as pessoas vão se comportar durante esses eventos e o que vai acontecer depois, por meio da rastreabilidade dos participantes. A partir daí, vamos trabalhar com parâmetros concretos de segurança para restabelecer as atividades deste setor que vem sofrendo desde o início da pandemia", ressalta a coordenadora do GT, Eveline Orth.

O presidente interino da Santur, Renê Meneses, disse que esse é o primeiro de uma série de outros eventos que serão monitorados.

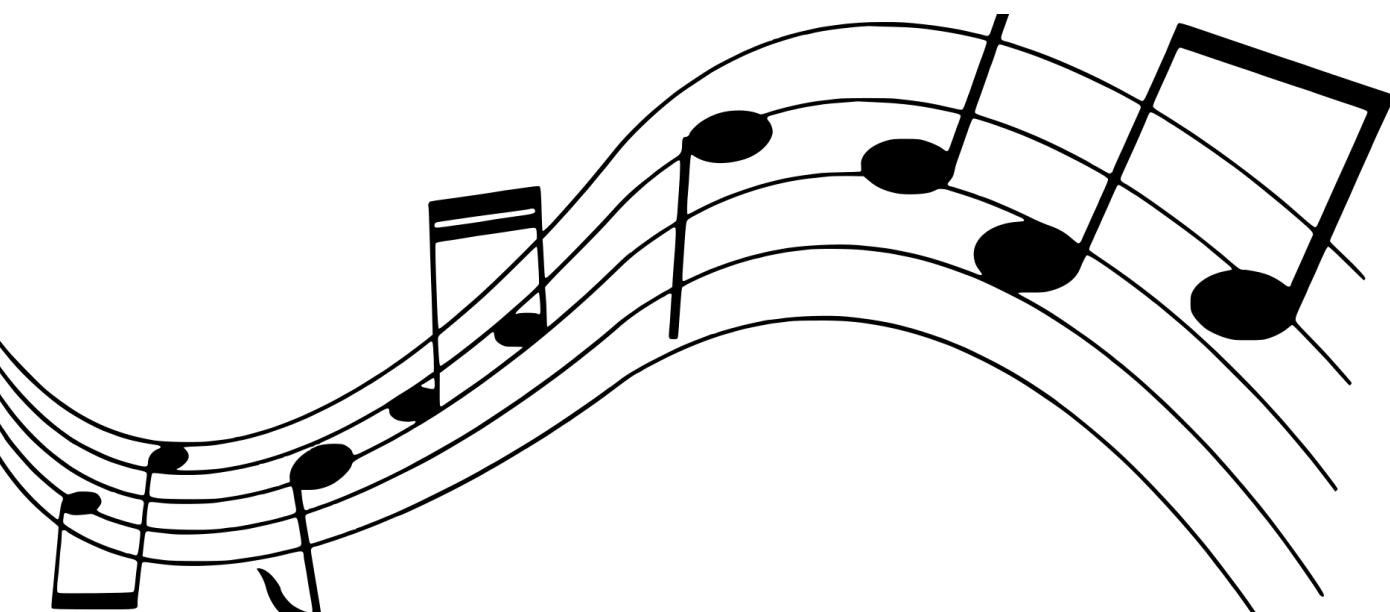
"A segurança é o mais importante. Nosso esforço é para que o setor possa voltar com os devidos protocolos para a saúde da população", afirma.

Arte e emoção no palco

A apresentação do evento-teste será uma interpretação de Mendelssohn e Beethoven, pela Camerata Florianópolis. O maestro Jeferson Della Rocca não esconde a emoção em poder voltar ao palco. Ele frisa que a arte e o contato com o público são combustíveis para a vida. Os 16 meses longe de um dos seus lugares preferidos deixam o retorno ainda mais especial, mesmo que com protocolos bem diferentes dos que era acostumado a encontrar no contato com a plateia.

"Nós tivemos que parar de uma hora para outra e agora já posso sentir o coração bater um pouquinho mais acelerado. É um sinal de esperança e eu tenho certeza que vai dar tudo certo", expressa.

Com a regência do maestro Della Rocca, o Concerto da Camerata Florianópolis terá a participação dos solistas Alberto Heller (piano) e Iva Giracca (violino). No programa o Concerto para Piano e Orquestra N. 5 "Imperador", de Ludwig van Beethoven (1770-1827) e o Concerto para Violino e Orquestra de Cordas em Ré menor, de Felix Mendelssohn (1809–1847).





Tire suas dúvidas sobre o evento

O evento é gratuito?

Sim, o evento é gratuito. Podem participar somente moradores da Grande Florianópolis.

Na inscrição tem um termo de aceite, é obrigatório o preenchimento?

Sim, o preenchimento do termo de aceite é obrigatório, pois o evento além de um concerto musical será uma pesquisa científica para avaliar a segurança sanitária dos eventos.

Estou parcialmente imunizado (tomei apenas uma dose da vacina), posso ir?

Não. O evento é apenas para imunizados completos.

Já tomei a segunda dose, posso ir?

Caso a vacina que você tomou já tenha completado o prazo de imunização, você poderá ir ao evento.

É obrigatório o uso de máscara?

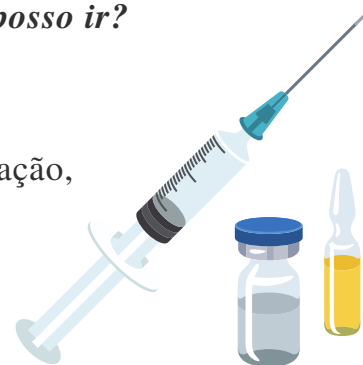
Sim, obrigatório o uso de máscara PFF2 sem válvula.

É obrigatório fazer o teste de Covid-19?

Sim, os testes serão fornecidos pelo evento e deverão ser realizados no dia agendado pela produção.

Onde faço e quando posso fazer o teste

Após a sua inscrição no evento você vai receber uma mensagem informando data e horário da realização do seu teste.



Como será o monitoramento pós-evento?

Após o evento uma equipe de pesquisadores irá monitorar os participantes por Telefone e WhatsApp ou SMS por 15 dias.

Todos os protocolos serão seguidos no evento?

Sim. O evento possui protocolo específico, com base nas determinações sanitárias da Vigilância Sanitária SC.

O evento possui lugar marcado?

Após a inscrição e do seu teste negativo para Covid-19 a produção confirmará seu ingresso e alocará um lugar no teatro, conforme mapa, com afastamentos pré-definidos. Assim você terá um lugar marcado mas que será definido pela produção e informado até 24 horas antes do espetáculo.

Vou com minha família, podemos sentar todos juntos?

Na inscrição você poderá informar os dados do seu familiar para que seu assento possa ser alocado ao lado. Mas não poderá utilizar o mesmo CPF, as inscrições são individuais.

Posso consumir bebida/comida dentro do teatro?

Não. O uso de máscara será obrigatório durante o tempo todo dentro das dependências do teatro do CIC.

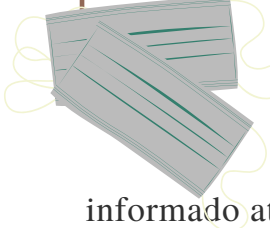
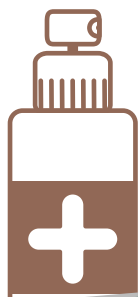




FOTO: AIRES MARIGA / EPAGRI

SANTA CATARINA CONQUISTA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO MEL DE MELATO DA BRACATINGA

POR EPAGRI

Santa Catarina conquistou nesta semana, a Indicação Geográfica (IG) do Mel de Melato da Bracatinga na categoria Denominação de Origem do Planalto Sul Brasileiro. Esta é a quinta IG do território catarinense. **A certificação é concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) e atesta que um produto só tem aquelas características porque é produzido de determinada forma, ou porque tem notoriedade na produção.**

A Denominação de Origem parte do pressuposto de que as características geográficas (naturais e humanas) dessa região determinam a singularidade e a qualidade do produto.

ABRANGÊNCIA

A IG do mel de Melato da Bracatinga abrange uma área de 134 municípios, sendo 107 de Santa Catarina, 12 do Paraná e 15 do Rio Grande do Sul.

Por sua prevalência no território catarinense, o processo de certificação teve participação da Epagri nas ações de pesquisa e extensão, em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e as associações de apicultores da região.

A Federação das Associações de Apicultores de Santa Catarina (Faasc) foi a instituição solicitante da IG, em parceria com as federações de apicultores de Rio Grande do Sul (FARGS) e do Paraná (FEPA). Ao longo do processo de solicitação da Denominação de Origem -DO- do Planalto Sul Brasileiro para Mel de Melato da Bracatinga, coube à Epagri, por meio dos profissionais de extensão, mobilizar e apoiar a organização dos produtores.


continua

RECONHECIMENTO

“Essa IG é a comprovação da excelência do mel de melato produzido no Planalto Sul Brasileiro. Também coroa o trabalho pioneiro da Epagri de reconhecer e documentar a importância desse produto que, por suas características, se destaca internacionalmente”, ressalta a presidente da Epagri, Edilene Steinwandter. Ela lembra que a capilaridade da Epagri, que está presente em todos os municípios do estado, dá à Empresa o privilégio de poder identificar com rapidez e precisão as peculiaridades do que é produzido no território catarinense. “Nossos extensionistas sempre caminharam ao lado destes apicultores, dando as orientações necessárias para a produção do mel de melato da bracatinga e a consequente concessão da IG”.

Everton Vieira, assistente de pesquisa da Epagri/Ciram, descreve que o mel de melato da bracatinga é um produto único, que só ocorre em condições específicas de clima, altitude e condição geográfica. “Durante muito tempo esse produto não foi valorizado no país, mas a partir do envio de amostras para a Alemanha, houve o reconhecimento da qualidade desse mel”, relata. Ele conta que, por ser mais escuro e amargo que o mel silvestre, ele não era valorizado no mercado nacional.

O profissional da Epagri/Ciram pontua que a busca pela IG foi para destacar as qualidades do produto e aumentar o mercado nacional. “Mas, sobretudo, a ação tem a finalidade de promover e estimular a organização e o desenvolvimento do território onde é produzido, garantindo geração de renda e qualidade de vida aos apicultores locais”, destaca Everton.

“Essa é a quinta Indicação Geográfica registrada em Santa Catarina. Conquistas como essas nos deixam orgulhosos do trabalho que vem sendo realizado pelo Sebrae/SC, em parceria com outras entidades. A conquista dessa IG valoriza o trabalho e a dedicação dos apicultores catarinenses, gaúchos e paranaenses, que são verdadeiros exemplos de que a agricultura familiar do Sul do país é empreendedora, dinâmica e de muita qualidade. Essa IG, que agrega os estados do Sul do país, pode apoiar não só a geração de valor ao produto, mas, sobretudo, agregar valor ao território, estimulando a geração de novos negócios e integrando setores como o agro, a gastronomia e o turismo”, afirma o diretor técnico do Sebrae/SC, Luc Pinheiro.

COCHONILHA

O mel de melato da bracatinga é fabricado pelas abelhas a partir do líquido açucarado que um inseto chamado cochonilha produz ao se alimentar da seiva da bracatinga, uma espécie arbórea nativa do Brasil, com distribuição predominante na região Sul. Esse fenômeno ocorre apenas em áreas com altitudes acima de 700 metros no Planalto Sul Brasileiro.



A cada dois anos, nos anos pares, os bracatingais são infestados por cochonilhas, que se fixam no tronco das árvores e se alimentam da seiva, excretando um líquido adocicado, o melato. Este mesmo líquido, que fica depositado nas partes externas da planta, é utilizado como matéria-prima pelas abelhas da espécie *Apis mellifera* e, a partir dessa associação, é elaborado o mel de melato de bracatinga.



DIFERENCIAL

FOTO: SAULO POFFO / EPAGRI

Estudos pioneiros com mel de melato da bracatinga da região demarcada demonstraram que ele possui características diferenciadas em relação aos méis florais e de melato de outras origens. Além da presença das enzimas das abelhas produtoras, contém enzimas derivadas das secreções das glândulas salivares e do intestino das cochonilhas, que promovem a coloração mais escura (âmbar), maiores teores nitrogênio e minerais, entre outras características.

Mas seu grande diferencial são os efeitos benéficos à saúde devido à presença de compostos bioativos e potencial antioxidante. Destaque para a maior concentração dos aminoácidos livres serina, prolina, asparagina, ácido aspártico e ácido glutâmico.

O mel de melato apresenta ainda menores quantidades de frutose e glicose e não cristaliza como o mel floral. Em Santa Catarina, 95% da produção desse mel é exportada.

Segundo Everton, o próximo desafio das equipes envolvidas no trabalho será a operacionalização e gestão da IG do Mel de Melato da Bracatinga do Planalto Sul Brasileiro. Neste sentido, uma das primeiras ações será a efetivação do Conselho Gestor, que envolve as Associações de Produtores e suas Federações nos estados do Sul do Brasil, além de representantes de todos os segmentos da cadeia produtiva, como empresários, técnicos, instituições públicas, etc.

A Denominação de Origem (DO) do Planalto Sul Brasileiro do Mel de Melato da Bracatinga é a quinta IG do território catarinense. Essa história começou com a IG do Vinho dos Vales da Uva Goethe, seguida pela DO Banana da Região de Corupá e pela DO Campos de Cima da Serra para Queijo Serrano. No dia 29 de junho veio a IG Vinhos de Altitude de Santa Catarina, na modalidade Indicação de Procedência (IP). Erva-mate do Planalto Norte é outro produto que está sendo trabalhado pela Epagri para obtenção de IG, além da maçã fuji, esta em parceria com o Sebrae.

PROJETO DE LEI PRETENDE REGULAMENTAR O TRABALHO REMOTO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM SANTA CATARINA

ASCOM/ SEA



A Covid-19 trouxe transformações marcantes nas formas de relacionamento e de vida. Com a ajuda de recursos tecnológicos, empresas tiveram que recriar serviços para se adaptar a nova realidade do distanciamento social.

No serviço público catarinense, o trabalho remoto foi a alternativa para que o Estado continuasse fazendo as entregas necessárias às pessoas.

E o que parecia provisório, veio para ficar. Na última semana o Governo do Estado protocolou um Projeto de Lei para regulamentar o trabalho remoto entre os servidores públicos estaduais.

Pelo texto, o desempenho das atividades fora do ambiente de trabalho físico, poderá ser realizado de duas formas: por meio do cumprimento de metas individuais de produtividade, com prazos previamente ajustados com a chefia imediata, e pelo cumprimento da jornada de trabalho em horário de expediente normal, com controle de frequência por ferramenta digital indicada pela Administração Pública.

A diretora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria de Estado da Administração, Renata Fett Largura, explica que, se aprovada, a Lei vai ter regulamentos complementares para seu cumprimento. “Os gestores dos órgãos terão a discricionariedade para autorizar, acompanhar e avaliar os servidores que optarem pela atuação remota, de acordo com a tipicidade do trabalho e das características também do próprio servidor”.

O projeto de Lei encontra respaldo na constante necessidade de racionalizar os gastos com custeio e manutenção das estruturas públicas, uma vez que a atuação via teletrabalho contribui para economia de equipamentos, materiais de expediente e gastos patrimoniais como água, luz e outros.

"Todos ganham com o trabalho remoto: os servidores, com mais qualidade de vida, o que também contribui para efetividade no desempenho das funções, o Estado, que economiza em gastos com estrutura física, e os cidadãos, que via digital, podem obter os serviços de forma mais rápida e eficaz", disse o secretário de Estado da Administração, Jorge Eduardo Tasca.



“Esta será mais uma conquista dos próprios servidores e dos catarinenses como um todo. A atuação remota já é realidade em empresas privadas e alguns órgãos públicos como Tribunal de Justiça e Ministério Público. Agora, de forma ampla e abrangendo os três poderes, vamos oficializar essa nova forma de oferecer os serviços aos cidadãos, com mais qualidade e agilidade”, disse o Governador Carlos Moises da Silva.



ENTREVISTA

Como vc analisa essa nova possibilidade de trabalho?

É uma grande evolução na prestação de serviços públicos desde que estruturado e realizado adequadamente. Essa possibilidade depende de muitas variáveis, como: característica das atividades, perfil do servidor, competência do gestor para liderar as equipes.

Como será feita a avaliação da produtividade desses servidores?

O projeto não aborda esta perspectiva, apenas propõe a possibilidade de execução da jornada de trabalho em regime remoto. Se aprovado, caberá à norma regulamentadora editada na sequência prever esta e outras questões relevantes para a execução dos trabalhos com qualidade, transparência e controle.

Na sua opinião, é possível entregar conteúdo/trabalho/serviços de qualidade à distancia?

Sem dúvida. Na pandemia precisamos ajustar rapidamente nossa forma de trabalhar e apesar de algumas dificuldades pontuais, observamos grandes avanços na qualidade dos serviços prestados, como a necessidade da revisão de processos que reduziram burocracias; a busca pela inovação por muitos servidores que precisaram se reinventar para adequar suas atividades remotamente; reorganização de estruturas e equipes para alcançar maior eficiência em seus processos.

O Estado pensa em algum software único para fazer o controle de frequência?

Hoje felizmente já contamos com o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, nosso SIGRH, que possui muitas funcionalidades para a gestão e controle funcional de nossos servidores estaduais. Dentre estas funcionalidades está o controle de frequência já utilizado por alguns órgãos por meio do Portal de Serviços do SIGRH, já disponível aos servidores que habitualmente consultam outras informações funcionais, como seu contracheque, por exemplo.

Quais os benefícios dessa modalidade de trabalho, caso o PL seja aprovado?

Os benefícios são extensivos a todos os atores: os cidadãos terão acesso cada vez mais a serviços de qualidade, com autonomia e agilidade como podem já conferir no Portal de Serviços ao Cidadão; temos percebido avanços na mobilidade com a redução de pessoas/automóveis circulantes, poderá haver inclusive uma migração de pessoas para o interior pois não teremos mais barreiras físicas; o Estado, por sua vez, também economiza em custos de manutenção e estruturas. teremos a possibilidade de criar espaços compartilhados e unificados de serviços, e, por fim, os próprios servidores poderão ter mais qualidade de vida, com mais tempo com a família, não vivenciarão a rotina de congestionamentos no trânsito tão comum na região metropolitana, tudo isso tende a contribuir para um melhor desempenho no trabalho, que refletirá na qualidade de suas entregas.

A pandemia agilizou a implantação do teletrabalho no Estado?

Com toda a certeza. Esta modalidade já vinha sendo pensada como uma tendência futura, observada na iniciativa privada principalmente, mas ainda era distante, pois sabíamos que demandaria de recursos tecnológicos, planejamento e organização sistêmica para sua implementação, além da necessidade de previsão legal. Quando a pandemia chegou tudo precisou acontecer rapidamente. Não foi fácil, mas foi necessário, pois precisávamos garantir a continuidade dos serviços públicos sem prejudicar a saúde dos servidores. Foi uma soma de esforços para que as equipes pudessem se organizar e garantir suporte a todos os serviços sobretudo aqueles essenciais que são feitos presencialmente durante todo período.

COLUNA ESPECIAL: SAÚDE DO SERVIDOR



OLHOS CANSADOS PELO USO EXCESSIVO DE TELAS! QUEM NUNCA?



Sabe aquela sensação de olhos pesados, vermelhidão, coceira ou olhos ressecados? São sinais claros de que passar muito tempo à frente das telas pode estar prejudicando os olhos. Segundo a Sociedade Brasileira de Oftalmologia, o tempo excessivo em frente aos aparelhos eletrônicos pode provocar lesões na membrana ocular e na córnea. Dores de cabeça e tontura também podem ser sintomas disso.

VEJA O QUE FAZER PARA PREVENIR

- Faça pausas - o ideal é descansar 30 segundos a cada 20 minutos de tela
- Opte por ambientes iluminados e com luz natural- isso minimiza os riscos
- No caso de crianças- deixe à disposição outros brinquedos que não dependam de telas, livros, massa de modelar e outros que promovam interação como jogos de tabuleiro e outros;
- Defina horários para uso de telas pelas crianças,
- Dê o exemplo- nada adianta os pais controlarem o uso de meios eletrônicos e telas para as crianças e não se policiarem também.
- Tenha momentos de interação e sem telas com as crianças e com a família.

GESTÃO PATRIMONIAL: PROPRIETÁRIOS DE BENS LÍMITROFES COM O ESTADO PODEM FAZER REGULARIZAÇÃO COM MAIS AGILIDADE

ASCOM/ SEA



A partir de agora, proprietários que tenham bens limítrofes com bens públicos estaduais e que precisam de ajustes documentais poderão fazer a regularização de acordo com as novas regras. A Instrução Normativa, 09/2021, exarada pela secretaria de Estado da Administração, por meio da diretoria de Gestão Patrimonial, trata dos procedimentos para medições de áreas territoriais em imóveis que tenham o Estado como vizinho.

Antes não havia alguma instrução precisa aos proprietários sobre como obter as medições necessárias para a regularização.

Além de conferir mais segurança jurídica e assertividade às atividades desenvolvidas pela Diretoria de Gestão Patrimonial – DGPA, da SEA, a padronização da metodologia usada nas medições agilizará o atendimento das demandas de anuências, que diariamente são direcionadas em face do Estado.

Para o Diretor de Gestão Patrimonial, Welliton Saulo da Costa, **“estima-se que com a edição da IN será possível eliminar os problemas de sobreposição de áreas ocasionados por execução de levantamentos cadastrais de baixa qualidade técnica, cobrando metodologia e precisão dos profissionais. No âmbito judicial, deverá haver significativa redução de processos envolvendo questões territoriais, as quais se se arrastam por anos, com alto custo para o Estado”**, disse.

A IN foi elaborada em parceria com docentes do Curso de Agrimensura do Instituto Federal de SC, os quais, além de especialistas em Cadastro Territorial, participam da Comissão de Estudos Topográficos da Associação Brasileira de Normas Técnica – ABNT.

A edição da norma é um marco histórico para o levantamento territorial brasileiro e servirá de referência aos demais entes da federação, notadamente por inexistir legislação específica para imóveis urbanos em âmbito federal.

“O Governo do Estado, através da SEA protagonizou um evento histórico para o Cadastro Territorial Brasileiro e caso os demais processos que envolvem as medições legais de imóveis no Estado vierem a se apropriar destes conceitos publicados na IN Santa Catarina ganhará visibilidade nacional e certamente será referência para o Brasil”, afirma o docente e agrimensor Jean Wagner Brasil, que coordenou a elaboração da normativa no âmbito da SEA.

s.

REDE DE COMPRADORES CONVIDA SERVIDORES A ESCREVEREM SOBRE COMPRAS PÚBLICAS



COLUNA-

A Rede de Compradores, grupo colaborativo organizado pela diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da secretaria de Estado da Administração, que reúne servidores que atuam nas áreas de licitações e compras públicas dos órgãos do Executivo Estadual, está convidando servidores que gostem de escrever sobre ritos licitatórios ou processos de compras para serem colunistas voluntários.

"Contribuir na geração de conhecimento em licitações ou boas práticas de gestão na área de compras são os objetivos desse desafio que lançamos aos servidores. Qualquer um pode se voluntariar a escrever", explica a diretora de Gestão de Licitações e Contratos da SEA- Karen Bayestorff.

Os artigos serão divulgados no Instagram da Rede de Compradores. As inscrições também podem ser feitas na biografia do Instagram da Rede, ou [clique aqui](#).



EXPEDIENTE

Informativo da Secretaria de Estado da Administração de Santa Catarina. Rodovia SC 401 KM 5 nº 4.600 Saco Grande II. Caixa Postal 138 Florianópolis - SC. CEP 88032-000 - Brasil.
e-mail: comunicacao@sea.sc.gov.br - www.sea.sc.gov.br - Textos e imagens: Rafaela Gesser e Krislei Oechsler- Com apoio da Secretaria de Estado da Administração- Edição eletrônica: Rafaela Gesser - Assessoria de Comunicação- Krislei Oechsler Jornalista Responsável - É permitida a reprodução total ou parcial dos textos publicados neste informativo desde que citada a fonte.